



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL

FERNANDA DE SOUZA XAVIER

**A cafeicultura em discussão no Congresso Nacional:
Uma análise das Frentes Parlamentares da 55ª Legislatura**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Brasília

2018

FERNANDA DE SOUZA XAVIER

**A cafeicultura em discussão no Congresso Nacional:
Uma análise das Frentes Parlamentares da 55ª Legislatura**

Monografia apresentada ao curso de
Ciência Política do Instituto de Ciência
Política, na Universidade de Brasília,
como pré-requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Rafael Silveira e Silva

Brasília

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

C699a

Xavier, Fernanda de.

O setor cafeeiro em evidência: As Frentes Parlamentares da 55^a Legislatura/ Fernanda de Souza Xavier. – Brasília, 2018.

31f.: il. color.

Orientador: Prof^o. Rafael Silveira e Silva

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Curso de graduação em Ciência Política, 2018.

1. Panorama das Frentes Parlamentares. 2. As Frentes Parlamentares do Café.

**A cafeicultura em discussão no Congresso Nacional:
Uma análise das Frentes Parlamentares da 55ª Legislatura**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharela em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

PROFESSOR RAFAEL SILVEIRA E SILVA
(Universidade de Brasília)

PROFESSORA SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO
(Universidade de Brasília)

Brasília
2018

“Queria ser livre, como as nuvens, que vagam pelo céu sem nenhuma preocupação”.

Shikamaru Nara

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família, que sempre me apoiou de uma forma imensurável, e ao meu namorado, Fábio, que tem sido, acima de tudo, um grande amigo.

À Família Grillo e ao amigo Pedro Carusca, que sempre torceram pelas minhas conquistas; a de hoje também é de vocês.

Assim como vários outros alunos, a Ciência Política foi, para mim, um universo totalmente novo e de muito aprendizado. Aqui, agradeço aos amigos que fiz ao longo da graduação, que foram um suporte para meus momentos de dúvida, e, claro, pessoas com quem dividi momentos maravilhosos na universidade.

A universidade é um espaço que vai além de aulas expositivas, por isso, fica aqui registrado meu agradecimento, também, aos cursos de extensão dos quais participei, com destaque ao Projeto Politeia, que me proporcionou uma experiência única e profunda quanto ao conhecimento do Processo Legislativo Brasileiro.

Agradeço também aos assessores dos deputados Carlos Melles e Diego Andrade, que me ajudaram a elucidar as dúvidas que surgiram da realização deste estudo.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Professor Rafael Silva, que, com sua paciência e dedicação, foi essencial para a finalização deste trabalho.

Resumo

O presente estudo visa compreender os fatores que motivaram a criação das frentes parlamentares que tratam da temática café, no âmbito do Congresso Nacional. Para atingir tal objetivo, foram analisados os documentos disponíveis de ambas as frentes, além da realização de entrevistas que buscaram elucidar as dúvidas decorrentes da pesquisa. O presente estudo proporcionou maior conhecimento a respeito do tema, além da constatação de que as frentes observadas se diferem essencialmente na sua origem: uma possui caráter endógeno, enquanto a outra é exógena, com influência de atores externos ao Congresso na formação do grupo suprapartidário.

Palavras-chave: Frentes Parlamentares, Café, Congresso Nacional, Entidades Suprapartidárias.

Abstract

This paper aims to understand the factors that motivated the creation of the parliamentary fronts that deal with the coffee theme, within the scope of the National Congress. To achieve this objective, the documents available from both fronts were analyzed, as well as the holding of interviews that sought to elucidate the doubts arising from the research. This study provided greater knowledge about the subject, besides the finding that the observed fronts differ essentially in their origin: one has an endogenous character, while the other is exogenous, with influence of external actors on the formation of this all-party parliamentary group.

Keywords: Parliamentary Fronts, Coffee, National Congress, All-party Entities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA.....	14
CAPÍTULO 1 – PANORAMA DAS FRENTES PARLAMENTARES	15
FRENTES PARLAMENTARES E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO	15
O LOBBY.....	17
EMBASAMENTO TEÓRICO	18
A FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA	19
CAPÍTULO 2 – AS FRENTES PARLAMENTARES DO CAFÉ	22
A FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO CAFÉ	22
A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CAFEICULTURA	24
A RELAÇÃO ENTRE AS FRENTES DO CAFÉ E A TIPOLOGIA DE ARAÚJO E SILVA	26
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
ANEXO.....	31

INTRODUÇÃO

A história do café no Brasil foi iniciada por volta de 1720, quando a planta foi introduzida no Norte do país. Com condições climáticas favoráveis a seu plantio, o cultivo de café foi disseminado em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo os dois últimos os responsáveis por alavancar a produção cafeeira.

Até 1815, o consumo interno foi o destino da produção nacional; ao expandir os horizontes para o mercado externo, o Brasil tornou-se o maior exportador do produto do mundo, sendo que, em 1830, o principal produto de venda brasileira era o café. Ainda, o grão foi responsável por contribuir para o desenvolvimento econômico do país, pois exigia o investimento em infraestrutura necessária para sua logística. Diante desse cenário de grandes lucros, os fazendeiros (sobretudo os cariocas, paulistas e mineiros), grandes investidores do café, exigiam também poder político.

Anos mais tarde, a cafeicultura brasileira observou a entrada de outros países no mercado e, com o aumento da oferta do produto e a estagnação do consumo, o preço despencou. Com o advento da crise de 1929, toneladas de café estocadas foram queimadas, devido aos altos custos de manutenção do produto nos armazéns e à falta de esperança de venda.

A crise de 1929 marcou o fim de um ciclo de sucesso da produção cafeeira. Após recuperar-se, o mercado do café se restabeleceu em diversos estados brasileiros, mas tendo como principais lavouras as de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, e Paraná. O grão, atualmente, não é mais o principal produto brasileiro no mercado externo, contudo, ainda possui grande relevância para o agronegócio do país.

A cafeicultura brasileira conta, desde 1986, com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295/86¹ e estruturado pelo Decreto nº 94.874/87². Segundo os textos das normas, os recursos do fundo serão destinados ao

¹ O decreto isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2295.htm. Acesso em 02 de julho de 2018.

² O decreto dispõe sobre a estruturação do Funcafé e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94874.htm. Acesso em 02 de julho de 2018.

desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à modernização e à produtividade da cafeicultura, à qualificação de mão de obra, e a outros aspectos inerentes ao setor.

Ainda, para melhor organização das demandas do setor cafeeiro, foi criado, em 2003, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), com competências como a aprovação de plano de safra para o setor e de proposta orçamentária anual referente aos recursos do Funcafé. O CDPC é composto por membros representantes de diversos ministérios, associações e outras entidades relacionadas ao setor, tendo como presidente o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)³.

Anteriormente, outros grupos foram responsáveis pelas demandas do setor cafeeiro, como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, criada em 1952 a fim de substituir a Divisão de Economia Cafeeira (DEC). O IBC foi extinto em 1990 pelo então presidente Fernando Collor.

Fora do âmbito governamental, o café também possui grupos organizados para defender sua política, que são as entidades. O Conselho Nacional do Café (CNC), que atua no setor desde 1981, é um importante interlocutor entre os cafeicultores e a Organização Internacional do Café (OIC), da qual integra a delegação oficial brasileira. Uma das principais pautas defendidas pelo CNC é a sustentabilidade do desenvolvimento do agronegócio cafeeiro, sob a ótica dos produtores.

A Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), criada em 1972, teve como objetivo, inicialmente, mediar a relação entre o setor industrial e o governo que, à época, realizou intervenção estatal na economia cafeeira, através da atuação do IBC. A partir dos anos 90, com a extinção do instituto, a associação repensou seu papel, atuando, agora, na articulação estratégica no governo, buscando a formulação e revisão de políticas para o setor.

Representando as indústrias de torrefação e moagem de café nacionais, a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC) foi fundada em 1973 por representantes dos Sindicatos das Indústrias de Café estaduais, objetivando estabelecer um grupo de âmbito nacional para melhor negociar com o governo. A ABIC foi a responsável pelo lançamento do Programa de Autofiscalização da Indústria de Café, em

³ O CDPC foi instituído pelo Decreto 2047/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d2047.htm. Acesso em 02 de julho de 2018.

1989, que buscou alavancar o consumo de café através da garantia de sua pureza, e que ficou conhecido como o “Selo de Pureza ABIC”.

Ainda, ao tratar de grupos de pressão no setor, deve-se citar a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que engloba diversas associações e lideranças rurais, e tem por objetivos a promoção do setor agropecuário através de seu desenvolvimento econômico e social, e a defesa do livre comércio de produtos do setor. Existe, na CNA, a Comissão Nacional do Café, formada por representantes das federações estaduais, e que participa de fóruns, câmaras setoriais e grupos de trabalho ligados ao café, no intuito de atuar nos âmbitos técnico, político e econômico para defender os interesses do cafeicultor.

Com uma economia majoritariamente baseada no desenvolvimento agropecuário, a política brasileira teve e continua tendo, invariavelmente, influência dos grandes produtores em suas decisões. No âmbito do Legislativo Federal, o setor foi representado, durante muitos anos, pela bancada ruralista, grupo suprapartidário composto por parlamentares de diversos estados, cujas pautas defendidas se estendiam a todo o agronegócio (FERREIRA, 2017).

Em novembro de 2005 foi publicada, com a assinatura do então presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), o Ato da Mesa nº 69, que instituiu o registro de Frentes Parlamentares na Casa. Antes, o trabalho das frentes já existia, mas a norma trouxe alguns requisitos a serem observados, tais como a necessidade de discutir determinado tema da sociedade, e de ter pelo menos um terço dos membros do Legislativo Federal em sua composição (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

Antes dessa institucionalização, e como citado anteriormente,

diversos grupos de parlamentares já atuavam no Congresso em defesa de setores específicos, como é o caso da bancada ruralista, que representava o agronegócio. Seu primeiro registro data de 1995, cuja composição compreendia deputados e senadores; em 2002, foi criada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que foi renomeada para Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) em 2008 (após a regulamentação de frentes na CD), e cuja denominação permanece até hoje (ARAÚJO e SILVA, 2016). A frente possui vários parlamentares, oriundos das duas Casas Legislativas, também membros da bancada ruralista, contudo, não é correto afirmar que ela compreende, em sua totalidade, a composição da bancada.

Durante muitos anos, a FPA foi a responsável por representar os interesses do setor cafeeiro no Congresso, sendo o grupo mais visível na defesa da cafeicultura. A partir da constatação da necessidade de um canal mais focado nas demandas da cadeia produtiva do café, criou-se, em 2008 (53ª Legislatura), a Frente Parlamentar do Café, presidida pelo Deputado Carlos Melles (DEM/MG), que é o primeiro registro de uma frente parlamentar que apoia, especificamente, o setor cafeeiro.

Na 54ª Legislatura, contudo, observa-se um fenômeno interessante: o aparecimento de uma segunda frente com a temática do café, denominada Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura, presidida pelo Deputado Diego Andrade (PSD/MG); na ocasião, a outra frente esteve sob coordenação do Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). A pluralidade de frentes do café também pode ser observada na atual Legislatura (55ª).

A pergunta de pesquisa deste trabalho foi desenvolvida a partir da observação da existência de duas frentes que defendem o interesse do mesmo setor e do curioso fenômeno (ou fenômenos) que possibilitaram a atuação simultânea de ambas no âmbito do Congresso Nacional. Ao analisar o histórico de criação de frentes parlamentares no geral, nota-se que não é comum haver mais de um grupo suprapartidário representando o mesmo setor. Assim, serão abordados aspectos referentes às suas naturezas de atuação, abrangências, e origens, de forma a compreender os fatores que motivaram a criação de cada uma das frentes, baseando-se teoricamente em literatura já existente.

Este estudo será dividido em dois capítulos. O primeiro abordará as frentes parlamentares de maneira geral, apresentando a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) como o primeiro grupo institucionalizado no Congresso para defender os interesses do setor. Ainda, o capítulo 1 trará o embasamento teórico para classificação das duas frentes em análise, baseada no modelo proposto por Araújo e Silva (2016).

O segundo capítulo descreverá as frentes estudadas, apresentando uma análise descritiva de seus históricos, a fim de relacioná-las com o modelo abordado por Araújo e Silva (2016). Por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa e também as conclusões obtidas com o estudo.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia utilizada, observa-se que a própria pergunta de pesquisa leva à análise de estudo de caso. Segundo Yin (2001), essa metodologia de pesquisa é preferível para responder questões do tipo “como” e “por que”, onde o pesquisador não possui muito controle sobre os acontecimentos e quando o estudo se baseia em fenômenos contemporâneos abrangidos na vida real de alguma forma.

Ainda, buscou-se compreender a existência das duas frentes do café através de uma entrevista semiestruturada e outra estruturada, realizadas com importantes atores do tema. Segundo abordado por Gil (2002), a entrevista é parcialmente estruturada quando o entrevistador se baseia em roteiro previamente formulado, mas que, durante a conversa com o entrevistado, complementa as questões elaboradas com pontos de interesse que vão sendo explorados. Já a entrevista totalmente estruturada é compreendida enquanto aquela que é desenvolvida através de questionário fixo de perguntas.

Deste modo, o presente estudo de caso utilizou a entrevista semiestruturada para conduzir a conversa realizada com o assessor do Deputado Carlos Melles, o sr. Cristiano Belchior, a fim de compreender pontos cruciais para a resposta da pergunta de pesquisa, como os fatores motivadores da criação da frente e seus objetivos.

A segunda entrevista não pode ser realizada devido à agenda do Deputado Diego Andrade, contudo, para ambas as frentes do café, foi utilizada a análise documental de seus históricos de criação, tais como os requerimentos apresentados no ato de formalização da frente, além de notícias e, especialmente no caso da frente presidida pelo Deputado Diego Andrade, de entrevistas noticiadas pela TV Câmara.

CAPÍTULO 1 – PANORAMA DAS FRENTES PARLAMENTARES

1.1 – Frentes parlamentares e sua institucionalização

O período democrático brasileiro que compreende os anos de 1945 a 1964 é considerado o marco de surgimento das bancadas suprapartidárias no Congresso Nacional. A Ditadura Militar, no entanto, vedou a participação de diversas organizações no cenário político brasileiro, afetando, também, a atuação de grupos parlamentares, que só puderam se articular novamente após a redemocratização, a partir de 1986 (SIMIONATTO e COSTA, 2012). Assim, observou-se, cada vez mais, o aparecimento de frentes parlamentares com atuação em setores específicos da economia e da sociedade.

Após notar crescimento no número de organizações suprapartidárias, a Câmara dos Deputados instituiu, em 2005, o Ato da Mesa nº 69, que cria o registro das Frentes Parlamentares na Casa. O texto traz alguns requisitos para a constituição das frentes, que são, por exemplo, ter o objetivo de promover o aprimoramento de normas federais sobre determinado setor social; haver pelo menos um terço dos membros do Legislativo Federal, tendo a possibilidade de incluir senadores na lista de componentes; e indicar um representante, que será responsável por prestar informações relativas à frente. É importante salientar que as frentes devem ser renovadas por requerimento a cada nova legislatura, caso contrário, serão automaticamente desativadas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

Ainda, com a publicação da norma, foi possível requerer a utilização de espaço físico da Câmara, a fim de realizar reuniões e eventos, desde que não implique em gastos orçamentários e nem interfira no andamento dos trabalhos da Casa; por fim, o Ato estabelece que as frentes registradas recebam suporte dos canais jornalísticos da Câmara, sendo eles via televisão, rádio ou internet. Embora mais tímida, também se observa a adesão de senadores às frentes.

Após a regulamentação dos grupos suprapartidários, é importante salientar que, embora mais conhecida, a denominação *bancada* foi substituída pelo termo *frente parlamentar*. (SIMIONATTO E COSTA, 2012). As bancadas temáticas se diferem das frentes por não terem registro formal e nem previsão para sua atividade; ainda, possuem

maior âmbito de atuação e de agregação. Elas, geralmente, são compostas por parlamentares que compõem várias frentes temáticas. (ARAÚJO E SILVA, 2016)

De acordo com Araújo e Silva (2016), algumas características do sistema partidário e eleitoral brasileiro favorecem a criação de entidades suprapartidárias, como a intensa fragmentação e a frágil institucionalização partidária. A formação de coalizões é outro ponto levantado pelos autores, que defendem essa forma de presidencialismo como um fator que conseguiu assegurar a estabilidade necessária, ao longo dos anos, para garantir a governabilidade.

Coradini (2010) apresenta que a criação das frentes parlamentares possui grande relevância no espaço político, pois são importante mecanismo de mediação entre os grupos de interesse envolvidos e o ambiente decisório, tanto no Parlamento quanto no governo. Ainda, o autor entende que as frentes podem ser classificadas tomando como base a ideologia “direita-esquerda”, onde aquelas que defendem questões de cunho mais moral, ético e cultural se posicionariam à esquerda, e as que tratam de questões econômicas, à direita. Cabe ressaltar que o autor entende que os princípios de classificação não são homogêneos.

No âmbito do legislativo, os partidos e os parlamentares são os atores legitimados no que concerne às negociações políticas e à organização dos trabalhos das Casas. Aqui, os líderes partidários são compreendidos enquanto os atores-chave para a coordenação da agenda legislativa, fortalecendo o argumento de que os partidos políticos são fortes na arena legislativa, contudo, são fracos no âmbito eleitoral (ARAÚJO E SILVA, 2016).

Os parlamentares têm ciência das limitações dos partidos e, por isso, procuram cada vez mais proporcionar canais de interlocução com a sociedade. De outra perspectiva, pode-se afirmar que o contrário também é válido: os grupos sociais que possuem maior mobilização também buscam alternativas de apresentar suas ideias e, assim, conseguir apoio parlamentar às suas causas (ARAÚJO E SILVA, 2016).

No Congresso, a identificação do tema das proposições legislativas é um fator que leva à aproximação de parlamentares que, independentemente de sua legenda partidária, levantam a bandeira para certas causas. A criação de frentes parlamentares, nesse contexto, possui a finalidade de proporcionar um ambiente de opiniões mobilizadas, que giram em torno de um tema específico (ARAÚJO E SILVA, 2016).

As frentes parlamentares são, segundo Silva (2014), uma ponte direta que busca responder às questões levantadas pela sociedade e por grupos de pressão, que, muitas vezes, são os responsáveis pela viabilidade eleitoral do parlamentar, que não tem interesse em se indispor com sua base. O autor também relaciona a criação das frentes a uma maior autonomia dos parlamentares que, diante de um ambiente suprapartidário, podem se articular em torno do tema tratado pelo grupo.

Mesmo após a instituição de norma que regula a criação de frentes e por se tratar de grupos que se organizam entre os próprios parlamentares, ainda é difícil encontrar dados pertinentes às frentes. Apenas na atual legislatura (55^a) é possível encontrar, facilmente, o requerimento de criação, contendo os membros presentes no ato, e seu estatuto; para analisar legislaturas antigas, é necessário acessar o Diário da Câmara dos Deputados.

1.2 – O lobby

A atividade de *lobby* ainda é entendida por alguns, infelizmente, como algo relacionado à corrupção; contudo, é nada mais do que a forma utilizada por grupos de pressão para defender seus interesses na esfera governamental. Quando esta representação de interesses se dá de forma geral, ou seja, não atuando em defesa de interesses privados, mas em prol de uma causa, entende-se que o agente pratica *advocacy* (FERREIRA, 2017).

Segundo abordado por Graziano (1997), os lobistas e seus representados são detentores de conhecimento técnico em suas áreas de atuação, o que traz um embasamento teórico do qual os parlamentares e suas assessorias não possuem, enriquecendo os trabalhos legislativos. O mesmo pode ser refletido no âmbito do Executivo, com a criação, por exemplo, de Grupos de Trabalho (GTs) para a discussão de uma norma a ser elaborada, onde são convidados representantes de organizações relacionadas com o tema em debate. Graziano conclui que, devido a essa especialização, a atividade de *lobby* é valorizada pelos políticos.

Os autores Araújo e Silva (2016) corroboram com o afirmado por Graziano e, ainda, defendem que as frentes e bancadas parlamentares vão muito além de mera estratégia de lobby; a partir delas, pode-se desenvolver debates mais focalizados a

determinado assunto, promovendo, também, eventos a fim de discutir as propostas em tramitação no Congresso e, assim, fomentar um ambiente de maior participação social e maior qualidade legislativa no que concerne à aprovação de matérias.

1.3 – Embasamento teórico de classificação das frentes

O presente trabalho se baseia no texto de Araújo e Silva (2016), onde as frentes são classificadas de acordo com diversos critérios abordados pelos autores. Diante disso, será possível compreender os fatores que levaram à criação de duas frentes parlamentares da mesma temática – o café.

Inicialmente, os autores defendem que as frentes parlamentares não são apenas mecanismos pelos quais a atividade de *lobby* é exercida, devendo-se compreender a dinamicidade de sua criação, de sua atuação e, também, de sua natureza. A metodologia é apresentada em uma tipologia dividida em três níveis graus de categorias (ARAÚJO e SILVA, 2016).

Em relação à sua estratégia de atuação, as frentes podem ter natureza em *advocacy* ou *lobby*, onde a primeira busca a promoção ampla de princípios, e atua em torno de uma causa; a segunda, por sua vez, é focada em influenciar a legislação envolvendo a abordagem direta de influência sobre atores políticos em posições específicas. As frentes de *advocacy* atuam em defesa de ideias mais gerais, e anseiam que uma parcela significativa da sociedade esteja em favor delas. As frentes de *lobby* nascem da articulação de grupos de interesse, ou visando algum; atuam, predominantemente, em favor de setores específicos, com causas fáceis de identificar, assim como os interessados (ARAÚJO e SILVA, 2016).

A segunda classificação apresentada se relaciona à abrangência das frentes em relação aos seus objetivos. Segundo os autores, “a categoria de frentes amplas reuniria todas aquelas que abordassem grandes temas, setores econômicos, segmentos ou extratos sociais. Por outro lado, as frentes focalizadas seriam aquelas que apresentassem objetivo vinculados a áreas econômicas específicas, a públicos-alvo identificáveis associados a temas, categorias profissionais, instituições, ou mesmo assuntos pontuais” (ARAÚJO e SILVA, 2016).

Ainda se tratando da abrangência, são analisados dois fenômenos observados a partir do entendimento de que diversas frentes surgem através da temática de outras: a segmentação e a aglutinação. Nesse sentido, a segmentação é entendida enquanto o movimento de criação de uma frente a partir de um subconjunto do tema ou da causa defendida por outra; a aglutinação, por sua vez, é concebida através da união de temas ou causas de outras frentes (ARAÚJO e SILVA, 2016).

A terceira categoria abordada pelos autores considera a origem das frentes, buscando compreender quais os atores que motivaram sua criação. A investigação pode partir de dois pressupostos: a) o aumento da busca por representação por atores externos, visto que as frentes temáticas criam um ambiente que propicia um debate mais organizado acerca de determinado assunto; b) organizações internas no Congresso Nacional, em que os parlamentares propõem a criação da frente com o intuito de introduzir grupos pouco ou ainda não representados no parlamento (ARAÚJO e SILVA, 2016).

Assim, a frente exógena é caracterizada como aquela cuja criação foi motivada por demanda externa, geralmente por grupos que procuram os parlamentares e propõem a ideia de formação da frente (ARAÚJO e SILVA, 2016).

As frentes endógenas são fruto de ideias dos próprios parlamentares ou de partidos, que as organizam com o intuito de estabelecer relações com setores ainda não representados no Congresso, e se oferecem como embaixadores da causa defendida. Os parlamentares podem utilizar a frente como um meio de obter maior visibilidade em determinado tema, para, posteriormente, apresentarem-se como interlocutores ou para candidatarem-se a cargos no Executivo que tenham relação com o assunto (ARAÚJO e SILVA, 2016).

Diante dessa tipologia apresentada por Araújo e Silva (2016), cabe ressaltar que não existe hierarquia formal entre as frentes. Ainda, é importante frisar que os coordenadores das frentes também são atores marcantes nessa discussão, pois podem se tornar os principais articuladores políticos no que concerne ao tema de sua frente.

1.4 – A Frente Parlamentar da Agropecuária

Uma das mais antigas frentes em atuação no Congresso, a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) surgiu por volta de 1987 enquanto bancada ruralista, composta por

parlamentares ligados ao setor. Antes da criação de um grupo que atuasse em defesa da cafeicultura, a FPA foi o principal e o mais importante (senão o único) meio de representação dos interesses dessa cadeia produtiva no ambiente legislativo e, ainda hoje, é a referência no que concerne ao agronegócio como um todo. Diante do destaque que a frente possui no Parlamento, constatou-se a importância de dedicar certo espaço deste trabalho para falar de seu histórico e de sua atuação.

A Frente Ampla Ruralista, uma das primeiras denominações da FPA, teve como principal objetivo a luta por uma legislação de garantisse os direitos de propriedade, reivindicação assegurada na Constituição com a preservação dos direitos de propriedade rural em terras férteis.

A bancada atuou informalmente até 1994, quando, no ano seguinte, foi fundada a Frente Parlamentar da Agricultura, com ata assinada por parlamentares das duas Casas Legislativas. Posteriormente, o grupo passou a se chamar Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, em 2002; em 2008, após a regulamentação das frentes pela Câmara dos Deputados, foi institucionalizada a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), nos moldes atuais. O objetivo da FPA é, segundo seu site oficial, “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional”, e cabe destacar que o grupo abrange todos os setores do tema em questão (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2014).

A FPA é, atualmente, composta por 227 deputados e 27 senadores⁴, cuja diretoria tem como presidente a Deputada Tereza Cristina (DEM/MS), como vice-presidente no Senado o Senador Cidinho Santos (PR/MT), e como vice na Câmara o Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS). Essa disposição interna faz com que a frente seja uma das mais bem organizadas no Congresso Nacional.

Aplicando a classificação de Araújo e Silva (2016) à Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), depreende-se que o grupo possui natureza de atuação de *lobby*, é de abrangência ampla, e foi motivada especialmente por atores internos ao Congresso, o que a configura de caráter endógeno. Essa tipologia aplicada é de extrema importância para compreender as características da frente parlamentar em questão, e, também, para fazer

⁴ Informação disponível no site oficial da Câmara dos Deputados, acessada em 02 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53476>.

comparações entre os grupos suprapartidários, o que será feito no próximo capítulo em relação às frentes do café.

CAPÍTULO 2 - AS FRENTES PARLAMENTARES DO CAFÉ

O primeiro registro de frente parlamentar do café data de 2008, na 53ª Legislatura, cujo presidente foi o Deputado Carlos Melles (DEM/MG). Na Legislatura seguinte, observou-se um fenômeno interessante: o surgimento de uma segunda frente com o mesmo tema, com o Deputado Diego Andrade (PSD/MG) à frente do grupo; aqui, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) foi o coordenador da primeira frente criada.

Na atual 55ª Legislatura, ainda é possível visualizar a listagem de duas frentes do café: a Frente Parlamentar Mista do Café (FPMC), coordenada pelo Deputado Carlos Melles (DEM/MG), e a Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura (FPDC), presidida pelo Deputado Diego Andrade (PSD/MG).

Nas seções seguintes, serão apresentadas as principais características de ambas as frentes, buscando-se, ao final, classificá-las de acordo com a tipologia apresentada por Araújo e Silva (2016), para compreender quais aspectos podem ser os responsáveis pela existência mútua de dois grupos em defesa da cafeicultura.

2.1 – A Frente Parlamentar Mista do Café

A primeira frente parlamentar formal sobre o tema foi instituída pelo Requerimento 2572/2008⁵, de autoria do Deputado Carlos Melles (DEM/MG), que solicitou o registro da Frente Parlamentar do Café. Segundo o texto, que traz a Ata de Fundação e Constituição, o Estatuto e os Termos de Adesão da frente, foi realizada uma Assembleia Geral da chamada “Bancada de Apoio do Agronegócio do Café”, em março de 2008, que elegeu o Deputado Carlos Melles como Coordenador Geral.

Conforme já descrito no capítulo anterior, o termo “bancada temática” deixou de ser utilizado para descrever entidades suprapartidárias instituídas formalmente nos anais da Câmara em 2005, com a publicação do Ato da Mesa nº 69/2005. Atualmente, a expressão utilizada é a “frente parlamentar”, descrita na norma; as bancadas são entendidas enquanto agremiações maiores e informais que, muitas vezes, englobam algumas frentes.

⁵ Requerimento de registro da Frente Parlamentar do Café. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=390265>. Acesso em 02 de julho de 2018.

O ato de recriação da frente na 54^a Legislatura foi protocolado pelos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Paulo Piau (PMDB/MG), através do Requerimento 1422/2011⁶. O texto da proposição não traz maiores detalhes sobre a reinstalação, contudo, no site da Câmara é possível visualizar a relação dos membros à época: 201 deputados.

Em 2015, já na 55^a Legislatura, o Deputado Carlos Melles apresentou o Requerimento nº 549⁷, solicitando o registro da Frente Parlamentar Mista do Café. Segundo o autor, a criação da frente teve como objetivo “assegurar os direitos do agronegócio do café, junto à pauta do legislativo federal, bem como apoiar políticas públicas e ações governamentais e privadas que promovam a melhoria do setor cafeeiro”. Em seu Estatuto, é destacada, também, a atuação da frente na promoção da “defesa de todos os elos da sua cadeia produtiva”.

Um dos atores mais envolvidos com o tema, Carlos Melles é empresário, engenheiro agrônomo e produtor de café em Minas Gerais, com significativa atuação na temática. Em seu histórico profissional, cabe destacar que o parlamentar foi coordenador do Programa Estadual de Café da Secretaria de Agricultura de MG; vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado (FAEMG), onde também foi membro da Comissão Técnica do Café; presidente do Departamento das Cooperativas Exportadoras de Café da Associação Comercial de Santos; e diretor do Conselho Nacional do Café (CNC). O parlamentar também possui grande apoio de cooperativas do café, tendo como principais financiadores de sua campanha em 2014 a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupe (Cooxupe), a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha e a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral⁸.

A entrevista realizada com o assessor do Deputado Carlos Melles, Cristiano Belchior, elucidou algumas dúvidas que ainda restavam em relação à atuação da frente.

⁶ Requerimento de instalação da Frente do Café. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=499567>. Acesso em 02 de julho de 2018.

⁷ Requerimento de registro da Frente Parlamentar Mista do Café. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=946712>. Acesso em 02 de julho de 2018.

⁸ Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>. Acesso em 02 de julho de 2018.

Cristiano pontuou que a criação da frente foi motivada pelo fato de o parlamentar ter força política em seu ambiente de atuação, além de ele ser produtor e importante articulador no Congresso. Essas características são essenciais para compreender os interesses defendidos pelo grupo, já que o deputado está relacionado diretamente a cooperativas de produtores. Aqui, concluiu-se que o fator motivador para a formação da frente surgiu do deputado (caráter endógeno, segundo Araújo e Silva (2016)), mas também, e sobretudo, pela influência de atores externos ao Parlamento (caráter exógeno, de acordo com os autores).

Em relação às proposições apoiadas ou rejeitadas pela FPMC, foi afirmado que os subtemas mais debatidos internamente foram a exportação do café para o Peru, onde o grupo se posicionou contrário e, em um caso mais recente, a importação do café conilon, que causou indignação, principalmente, em grandes estados produtores do fruto. Aqui, a frente também foi oposição a essa comercialização, apoiando o Projeto de Decreto Legislativo 586/2017⁹, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, que susta a instrução normativa do Ministério da Agricultura que aprova os requisitos fitossanitários para importação de grãos de café produzidos no Vietnã. A proposição ainda se encontra em tramitação, pendendo de deliberação pelo Plenário da Câmara.

Outro ponto interessante a ressaltar é a atuação em conjunto entre as frentes, questão também abordada pelo assessor Cristiano Belchior. Segundo ele, as frentes coexistem de maneira complementar, contudo, os parlamentares perceberam a necessidade de fortalecer o setor através de sua união e, por isso, a frente presidida pelo Deputado Diego Andrade, a FPDC, não será reativada na próxima legislatura, restando em funcionamento a FPMC.

2.2 – A Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura

Esta frente, que sempre foi presidida pelo Deputado Diego Andrade, possui seu primeiro registro datado de 2011. Na Legislatura seguinte, a frente foi reinstalada através

⁹ Susta a instrução normativa que aprova os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (*Coffea canephora* L.) produzidos no Vietnã. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2124032>. Acesso em 02 de julho de 2018.

do Requerimento 1977/2015¹⁰, de autoria do deputado, que afirma que o grupo é de iniciativa dos próprios parlamentares, e cujo objetivo é “incentivar e valorizar a referida atividade de forma sustentável, apoiando os produtores brasileiros”.

Segundo o texto do requerimento, diversas são as finalidades da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura, das quais destacam-se “buscar apoio aos produtores; acompanhar junto ao Governo Federal e Estadual as políticas nacionais e internacionais para o café; e trabalhar para que os cafeicultores consigam equalizar as dívidas do setor”.

O Deputado Diego Andrade, natural de Minas Gerais, é administrador de empresas e possui grande atuação no setor cafeeiro. Como presidente da frente, se posicionou diversas vezes em questões relacionadas ao comércio do fruto, como sua manifestação contrária à importação de café conilon do Vietnã, ponto abordado também pela FPMC.

Além dos documentos escritos, foi analisada a entrevista concedida por Diego à TV Câmara no dia 26 de maio de 2010, onde o parlamentar salientou a importância da cafeicultura na economia brasileira, e defendeu a criação de políticas de fomento da cadeia produtiva e também de renegociação das dívidas dos cafeicultores.

A respeito da formação da frente, o deputado afirmou que, à época, o grupo estava destituído no Congresso e, diante disso, articulou com diversos parlamentares para que a frente fosse reativada. As principais bandeiras defendidas pelo grupo são, segundo Diego Andrade, a implementação de uma lei que crie os genéricos dos defensivos agrícolas, que irá baratear os custos de produção; a desoneração do PIS e do COFINS de impostos federais sobre a produção do café; a valorização do café brasileiro no âmbito do mercado internacional.

Segundo afirmado anteriormente, a Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura não terá requerimento de reinstalação apresentado na próxima legislatura, assim, espera-se que os parlamentares se unam em apenas um grupo suprapartidário.

¹⁰ Requer a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1297585>. Acesso em 02 de julho de 2018.

2.3 – A relação entre as frentes e o texto de Araújo e Silva

De acordo com as informações apuradas, é possível identificar os fatores que levaram à existência de duas frentes com a temática do café na 55ª Legislatura. A mais antiga, a atual Frente Parlamentar Mista do Café, possui caráter predominantemente exógeno, devido à interferência de atores externos, contudo, não se exclui sua endogenia, com a participação de parlamentares em sua criação.

A natureza de atuação da FPMC é o *lobby*, pois gira em torno de interesses de um grupo específico; e é de abrangência focalizada, diferentemente, por exemplo, da FPA, que aborda diversos e grandes temas em torno do agronegócio.

A Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura se assemelha às duas últimas características da FPMC (natureza de *lobby* e abrangência focalizada), contudo, se difere na questão da origem. Aqui, a ideia surgiu a partir dos próprios parlamentares, o que a configura de origem endógena.

Assim, afirma-se que a diferenciação das frentes do café é feita pela análise da origem de ambas. Enquanto uma foi concebida a partir da ideia de parlamentares (FPDC), a outra se estabeleceu através da relação entre os deputados e os atores externos, que buscavam por representação no Congresso visando a formulação de políticas para o setor.

CONCLUSÃO

O Brasil tem buscado, cada vez mais, fortalecer a indústria interna e se industrializar. Entretanto, é fato que os principais geradores de receitas do país ainda são fruto do agronegócio. O café, que já chegou a ser o principal produto vendido para o mercado externo, hoje divide o pódio da exportação com a soja, a carne de frango e a bovina, o açúcar em bruto, e a celulose, segundo dados publicados pelo Comex do Brasil em janeiro de 2018¹¹.

Mesmo com a entrada de outros produtos na economia brasileira, o café não perdeu sua relevância. O setor possui forte influência nas discussões de políticas públicas e, conforme descrito neste trabalho, se organiza de forma a garantir a representação da cadeia produtiva e de seus interesses no âmbito do Congresso Nacional e também do Executivo.

Com o presente estudo, foi possível compreender a dinâmica legislativa de criação de frentes parlamentares, a articulação entre os parlamentares e a organização entre si. Através da entrevista realizada e também da análise documental dos grupos, constatou-se que a característica que as diferenciam e que fez com que existissem duas frentes do café foi a origem: enquanto uma foi criada a partir da ideia de parlamentares (FPDC), a outra se estabeleceu com a influência de atores externos (FPMC), levando em consideração a tipologia apresentada por Araújo e Silva (2016).

Algumas informações adicionais à resposta para a pergunta de pesquisa foram obtidas, como o fato de a Frente Parlamentar Mista do Café estar se articulando para se oficializar enquanto representante titular no Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que é formado por membros de diversos ministérios, de associações e entidades. Segundo afirmado em entrevista realizada no gabinete do Deputado Carlos Melles, a frente já é convidada para participar do conselho, mas ainda não possui direito a voto formalizado.

Como a 55ª Legislatura se encerra somente no final de 2018, as duas frentes parlamentares ainda constam no site oficial da Câmara dos Deputados¹², contudo, foi constatado que a FPDC não será reativada na próxima legislatura, o que significará a união dos parlamentares ligados ao setor na FPMC.

¹¹ Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/agronegocio-tem-sete-entre-os-dez-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017/>. Acesso em 02 de julho de 2018.

¹² Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp>. Acesso em 02 de julho de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL. **Entidade**. Disponível em: <http://www.abics.com.br>. Acesso em 02 de julho de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Histórico**. Disponível em: <http://abic.com.br/institucional/abic/>. Acesso em 02 de julho de 2018.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira. **Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa**. 10º Encontro Ciência Política e a Política: memória e futuro. Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305979505_FRENTES_E_BANCADAS_PARLAMENTARES_UMA_PROPOSTA_TEORICO_-_METODOLOGICA_E_DE_AGENDA_DE_PESQUISA

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira. **Titulares da agenda e carreiras políticas**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10. Brasília, janeiro-abril de 2013, pp. 285-311. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/09.pdf>

ARAÚJO, Suely M. V. G.; TESTA, Graziella G.; SILVA, Rafael S. **Fugindo do líder e caindo na rede: caminhos alternativos das demandas sociais no congresso nacional**. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2014, Lima. Lima: Associação Latinoamericana de Ciência Política, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto das frentes parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp> >. Acesso em: 02 de julho de 2018

CÂMARA, DOS DEPUTADOS. **Ato da Mesa nº 69 de 10/11/2005a**. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 8, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Deputado Diego Andrade (PR/MG) – Frente Parlamentar Cafeeira**. TV Câmara, 2011. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/197639-DEP.-DIEGO-ANDRADE-\(PR-MG\)---FRENTE-PARLAMENTAR-CAFEEIRA.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/197639-DEP.-DIEGO-ANDRADE-(PR-MG)---FRENTE-PARLAMENTAR-CAFEEIRA.html). Acesso em 02 de julho de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia do Deputado Diego Andrade**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=160588. Acesso em 02 de julho de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia do Deputado Carlos Melles**. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/deputado/dep_Detalhe.asp?id=5830719. Acesso em 02 de julho de 2018.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Comissão Nacional do Café.** Disponível em: <http://www.cnabrazil.org.br/sobre-cna/comissoes-nacionais/cafe-0>. Acesso em 02 de julho de 2018.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Entenda a atuação da CNA.** Disponível em: <http://www.cnabrazil.org.br/sobre-cna/entenda-atuacao-cna>. Acesso em 02 de julho de 2018.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. **Histórico.** Disponível em: <http://www.cecafe.com.br/conheca-o-cecafe/historico/>. Acesso em 02 de julho de 2018.

CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. **Institucional - História.** Disponível em: <http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=8>. Acesso em 02 de julho de 2018.

CORADINI, Odaci Luiz. **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos.** Rev. Sociol. Polit., v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010. 42

FERREIRA, Andressa Gonçalves. **Uma análise sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA.** Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZIANO, Luigi. **O Lobby e o Interesse Público.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Ementário do Café.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ementario/busca.html>. Acesso em 02 de julho de 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Café no Brasil.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em 02 de julho de 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Conselho Deliberativo e Comitês.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/conselho-deliberativo>. Acesso em 02 de julho de 2018.

REVISTA CAFEICULTURA. **História do Café no Brasil.** 2011. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=40384>. Acesso em 02 de julho de 2018.

RODRIGUES, Celso Luis. **PROGRAMA DE AUTOFISCALIZAÇÃO DA ABIC: A TRAJETÓRIA DO SELO DE PUREZA DO CAFÉ.** Informações Econômicas, 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/1993/tec3-1293.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2018.

SANTOS, Manoel Leonardo. **Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria.** Revista Iberoamericana de 43 Estudos Legislativos, v. 1, p. 52-70, 2014a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riiel/article/view/18029/16779>.

SILVA, Rafael Silveira; ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Apropriação da agenda do Legislativo: como aferir esse fenômeno?** Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Brasília, 2007.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. **Impactos das frentes parlamentares na dinâmica do Congresso Nacional durante a presidência do Partido dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura), 2014.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SIMIONATTO, Ivete; RODRIGUES COSTA, Carolina. **COMO OS DOMINANTES DOMINAM: O CASO DA BANCADA RURALISTA.** Temporalis, [S.l.], v. 12, n. 24, p. 215-237, nov. 2012. ISSN 2238-1856. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3094>

ANEXO

O roteiro abaixo foi preparado para a entrevista com o Deputado Carlos Melles, contudo, devido à agenda do parlamentar, a conversa foi realizada com seu assessor, Cristiano Belchior, em 18 de maio de 2018. As perguntas abaixo foram, durante a entrevista, adaptadas para o entrevistado em questão.

Roteiro de entrevista para o Deputado Carlos Melles

1. Sr. Deputado, quais foram os fatores que motivaram a criação da frente? A ideia surgiu de atores externos ao Congresso, ou dos próprios parlamentares?
2. A frente apoiou, oficialmente, alguma proposição legislativa?
3. Quais os principais objetivos da frente?
4. Se existir, como é a relação entre a frente em questão e a outra? Existe alinhamento entre elas?
5. Os senadores membros da frente participam ativamente das atividades propostas? É possível destacar os parlamentares mais atuantes?
6. Em contato com o gabinete do Senador Diego Andrade (coordenador da outra frente), os assessores informaram que já existe o movimento para que, na próxima legislatura, conste apenas uma FP. O Sr. Deputado já está ciente dessa decisão?